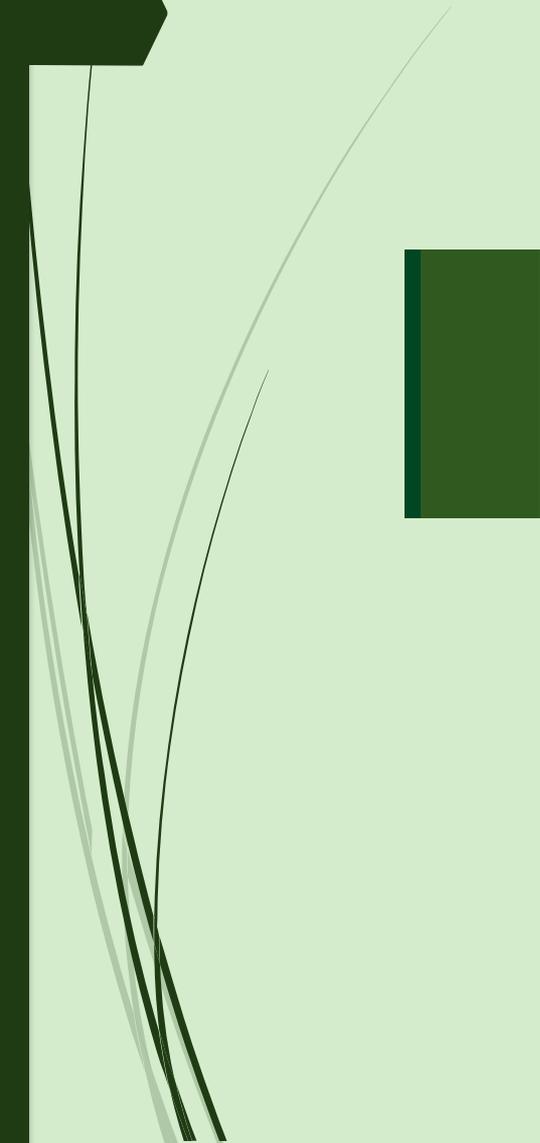




MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

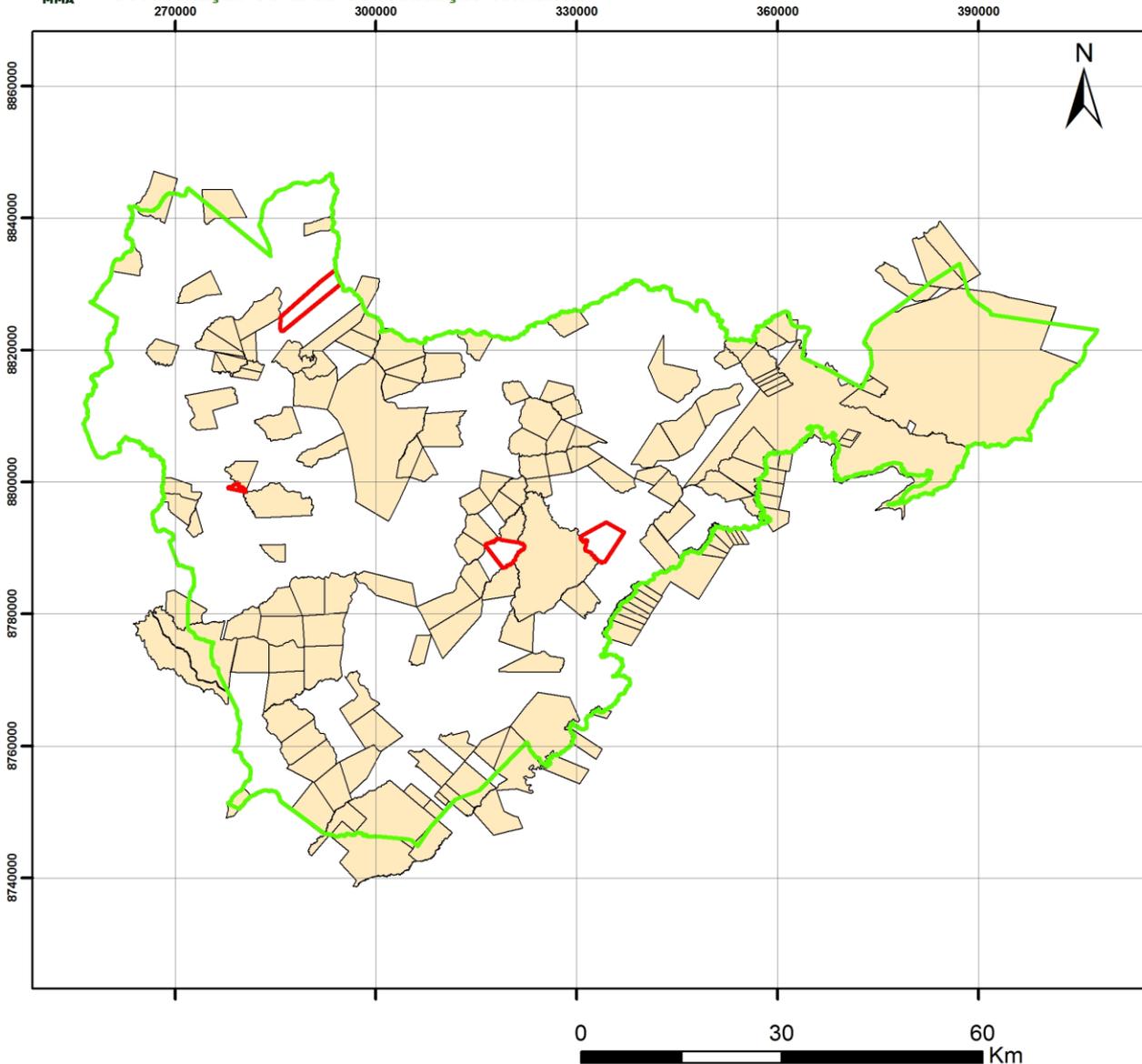


Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins – Conflito na Região de Coaceral

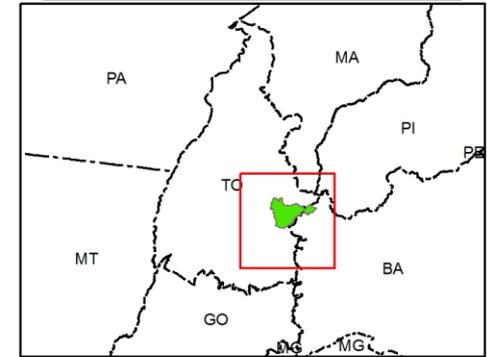
Brasília/DF



MALHA FUNDIÁRIA DA EESGT

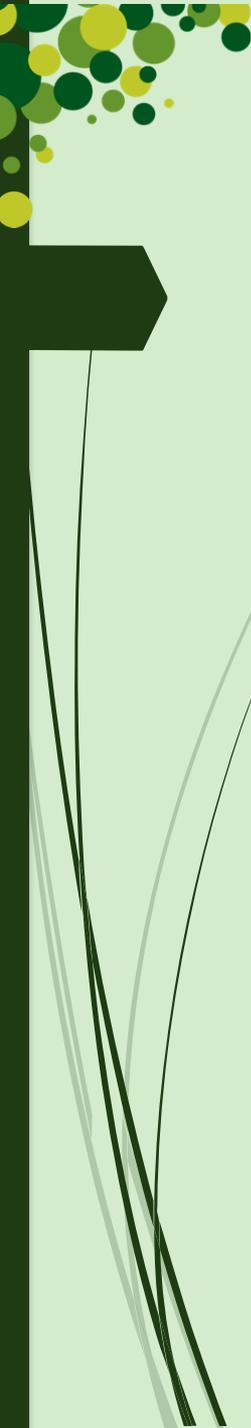


LOCALIZAÇÃO DA UC NO ESTADO



- ESEC Serra Geral do Tocantins
- Imóveis adquiridos
- Imóveis com processo na coordenação

Projeção UTM/Z 23S/ DATUM SIRGAS 2000
Fonte de dados: ICMBio
Responsável: Rogério Rodrigues
Data de elaboração: 03/12/2018
DCOL/CGTER/DISAT



SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DA UNIDADE NA PORÇÃO BAIANA

A porção baiana da UC é um verdadeiro caos fundiário, uma vez que não houve destacamento de imóveis pelo Estado.

Esse fato permite que atos de falsificação de documentos seja algo corriqueiro para essa área.

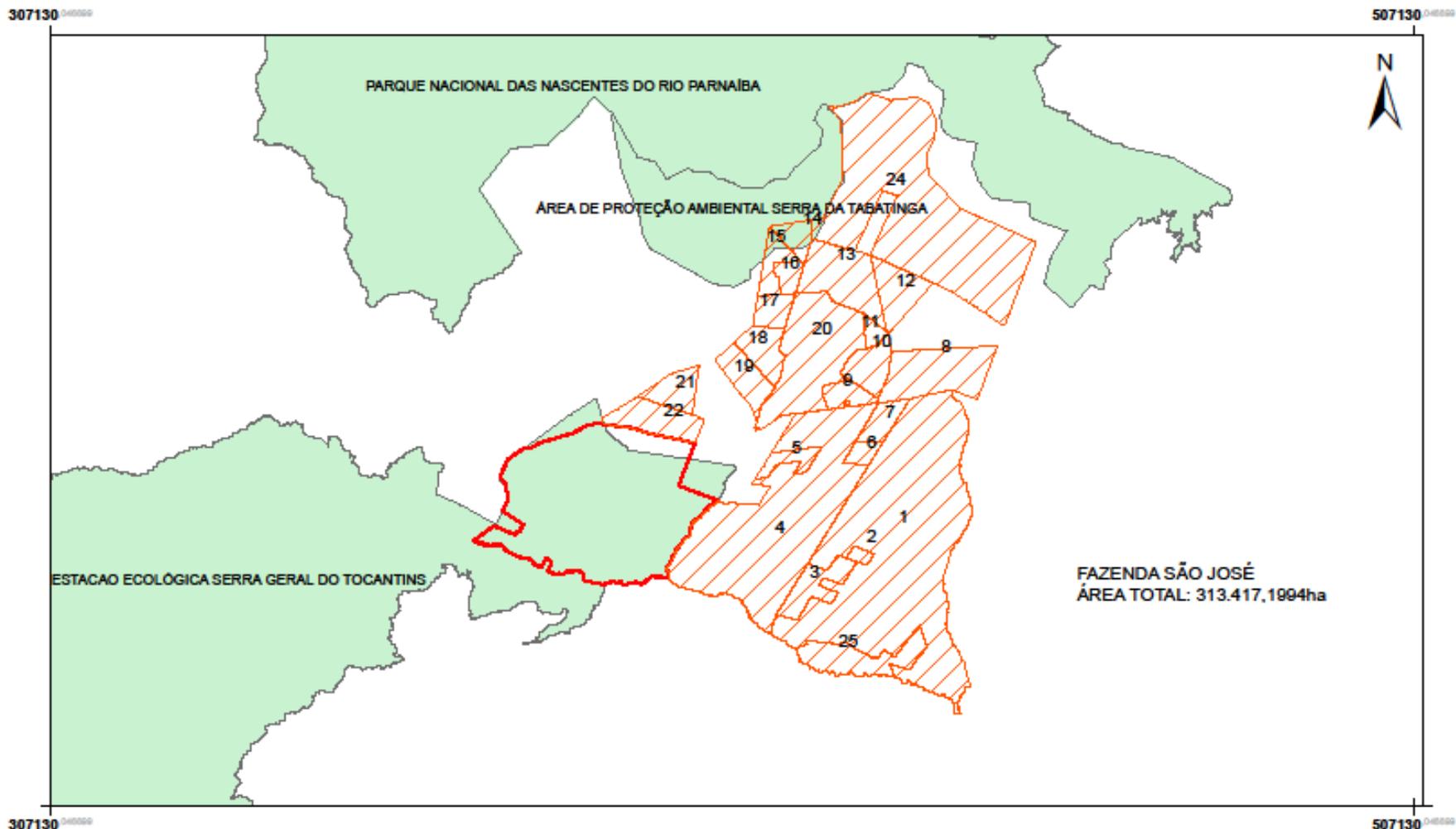
área objeto das manifestações do MPF/BA possui cerca de seis pessoas disputando a dominialidade, contabilizando aqueles que puderam ser identificados, MAS nenhum deles mora ou faz o uso da área).



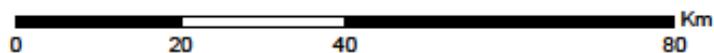
Processo n. 0000157-61.1990.8.05.0081

No bojo de tal Procedimento houve a decisão judicial do Juízo da Comarca de Formosa do Rio Preto/BA, José Valter Dias e Ildeni Gonçalves Dias foram beneficiados com liminar em reintegração de posse, datada de 05/04/2017, que lhes garantiu a posse de área de cerca de 300.000 ha, na qual está inserida a Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins.

Imóvel: Fazenda São José - Parcela 1 a 26 desmembramentos da matrícula 1037 - José Valter Dias



307130
1:750000

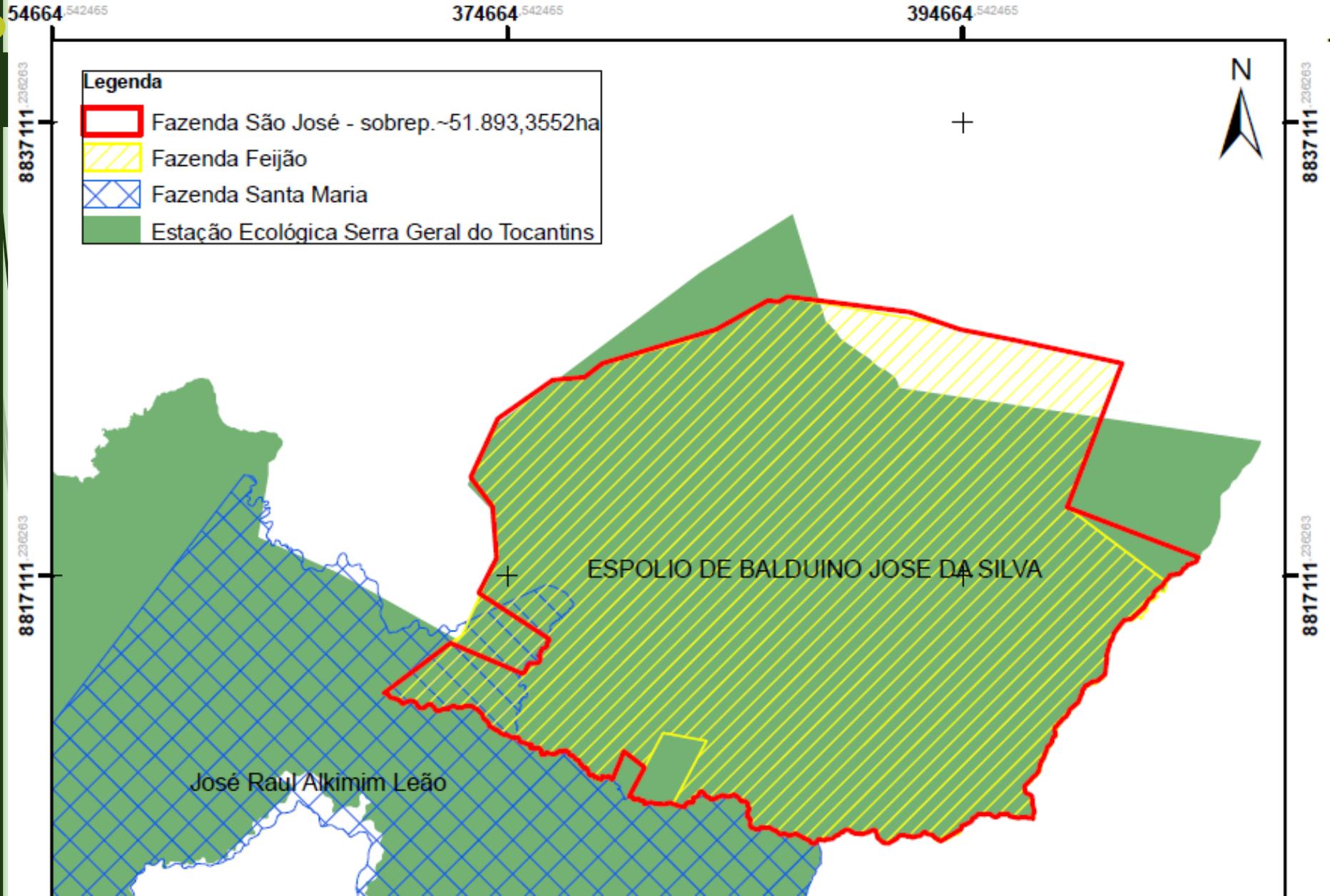


507130
polígonos SIGEF
Elaborado em 03/12/2018
Datum SIRGAS 2000/ UTM Fuso 23S

Imóvel: Fazenda São José - Parcela 23

Mat.: 1037 - José Valter Dias

Instituto Chico M
Coor



02070.015606/2016-17 – Jose Valter Dias

Com os dados do SIGEF o ICMBio instaurou processo visando a desapropriação no qual serão analisados os dados fundiários do imóvel. **Será analisado :**

- 1. Se houve destaque do imóvel do patrimônio público – títulos expedidos pela Estado da BA ou pela União?**
- 2. A área descrita no titulo é compatível com a área atual?)**

O imóvel de 55.390,7159ha, sendo 51.893,3552ha sobrepostos a Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins.

Foi derivado de desmembramento de uma área total equivalente a **380.136,354ha**, constante da matrícula nº 1.037 registrado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Formosa do Rio Preto/BA.



O INCRA reportou o cancelamento das certificações dos imóveis denominados "Formosinha" e "Fazenda Feijão", ambas mencionadas na representação.

Atualmente, a certificação se encontra em nome da Fazenda São José, de propriedade do Sr. José Valter Dias, tendo este obtido a regularização de sua matrícula e a anulação das matrículas dos demais que estavam em sobreposição ao perímetro desta

CONTUDO A CERTIFICAÇÃO NÃO É PROVA DE DOMINIO

Desapropriação – Indenização - IN/ICMBio nº 02/2009

Cartilha de Regularização Fundiária de Ucs*

1 . Diagnóstico Fundiário (identificar todas propriedades e posses na UC)



2.Instrução do processo (em nome do ocupante ou do titular do domínio)



3.Análises técnica e jurídica preliminares



Cadeia dominial **ATÉ O DESTAQUE O PATRIMONIO**



Georreferenciamento



Avaliação



4.Análises técnica e jurídica conclusivas



5.Pagamento administrativo (preferencialmente) ou ação judicial

* http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/cartilha_de_regularizacao_fundiaria.pdf

Ação 1086-30.2017.4.01.3303

Autor - JOSÉ VALTER DIAS e ILDENI GONCALVES DIAS,

Réu - IBAMA e ICMBio - através da qual pretende obter judicialmente o direito de explorar o imóvel rural de nome Fazenda São José Parcela 23, com 55.429.5923 hectares, localizada no município de Formosa/BA, cujos limites se inserem na Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins.

Arguem a caducidade do decreto

Comunidade dos Prazeres

Situada na margem norte e sul do rio Sapão que, de acordo com o levantamento genealógico, estaria no local desde aproximadamente 1875/1885.

Essa comunidade sofre assédio de supostos proprietários, que tentam manter a posse do local à força .

Esse fato já foi relatado ao MPF/BA diferentes vezes pela equipe da UC, que busca a assinatura de um Termo de Compromisso com a mesma.

O MPF demanda que seja firmado um termo de compromisso com essa comunidade (02070.000137/2012-16 e 02123.010507/2016-86)

Obrigado!



Ministério do
Meio Ambiente